

Governo discute novo sistema para Orçamento

Fazenda e Planejamento querem rodízio de deputados na Comissão Mista do Congresso

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, defendeu ontem modificações no atual modelo de tramitação do Orçamento-Geral da União no Congresso. Ele acha necessário criar um sistema de rodízio entre os parlamentares na composição da Comissão Mista de Orçamento, que examina a proposta do governo e apresenta emendas. Segundo o ministro, uma das primeiras medidas seria impedir que um mesmo parlamentar participe por dois anos consecutivos da comissão.

A área econômica do governo foi atingida diretamente pela CPI do Orçamento. O ministro está discutindo com o atual presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Raimundo Lira (PFL-PB), o envio de uma nova proposta orçamentária do governo, com novos cortes nas despesas — o principal alvo são emendas de parlamentares para projetos como pontes, praças e matadouros. “O corte recairá sobre estes penduricalhos”, disse um assessor do ministro.

As evidências de corrupção na distribuição de verbas federais resultará na modificação do sistema de tramitação do projeto de lei orçamentária no Congresso e terá impacto direto no relacionamento do Executivo com o Legislativo, acreditam os assessores. Esta semana, o ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, reúne todos os responsáveis nos ministérios pela propostas para alocação de recursos no Orçamento da União. “A idéia é discutir como o Orçamento pode ficar afeto às injunções políticas de interesses menores”, disse Stepanenko.

A reunião foi convocada pelo ministro do Planejamento na semana passada, quando conversou com o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), e colocou o ministério e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) à disposição da CPI. “A Seplan e a SOF estão à disposição da CPI”, disse Stepanenko. “A crise não inibirá o trabalho dos técnicos de Orçamento, ao contrário, os trabalhos da CPI vão reforçar a técnica, a lisura e a transparência.”